

Crown Lift Trucks do Brasil - Comércio de Empilhadeiras Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Administradores da
Crown Lift Trucks do Brasil - Comércio de Empilhadeiras Ltda.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Crown Lift Trucks do Brasil - Comércio de Empilhadeiras Ltda. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "a" e efeitos do assunto descrito no parágrafo "b" da seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

(a) Ausência da aplicação das vidas úteis remanescentes revisadas para a totalidade do saldo de ativo imobilizado

Desde a aquisição dos itens do ativo imobilizado, a Empresa vem calculando e registrando a depreciação dos itens do imobilizado com base nas taxas de depreciação estabelecidas pela regulamentação fiscal, ao invés de utilizar a vida útil remanescente estimada, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. A partir de 1º de janeiro de 2021, a Empresa revisou a vida útil remanescente dos principais itens do ativo imobilizado, no entanto, não nos foi possível a validação da revisão da vida útil remanescente e a Empresa não efetuou os ajustes necessários de forma retrospectiva, considerando as novas vidas úteis remanescentes estimadas somente para os itens adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2021. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2022, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário no saldo depreciado do ativo imobilizado no montante acumulado de R\$353.906 mil.

(b) Saldos comparativos - Capitalização de instrumentos financeiros derivativos no ativo imobilizado sem documentação de hedge accounting

Desde a aquisição dos itens do ativo imobilizado, a Empresa vem capitalizando os efeitos de ganhos ou perdas derivados da proteção da variação cambial por instrumento financeiro derivativo sobre dívidas na aquisição de bens no ativo imobilizado, sem que houvesse a requerida documentação de *hedge accounting*, ao invés de registrar no resultado de cada respectivo exercício, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2021, a Empresa elaborou a documentação de *hedge accounting*, conforme requerido pelas respectivas normas, no entanto, a Empresa não efetuou os ajustes necessários de forma retrospectiva e manteve a capitalização dos efeitos de ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos nos saldos anteriores. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2021, o saldo de ativo imobilizado está apresentado a maior em R\$2.760 mil e o resultado do exercício findo nessa data está apresentado a maior em R\$304 mil, líquido dos impostos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Saldos e transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, a qual apresenta que a Empresa mantém saldos e transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

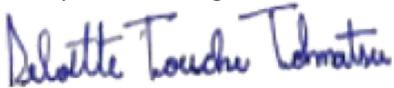
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 8 de agosto de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fabiano Ricardo Tessitore
Contador
CRC nº 1 SP 216451/O-1

CROWN LIFT TRUCKS DO BRASIL - COMÉRCIO DE EMPILHADEIRAS LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.373	18.317	Empréstimos e financiamentos	12	13.407	15.534
Contas a receber de clientes	5	50.542	39.367	Fornecedores	13	16.394	16.356
Partes relacionadas	8	1.005	934	Salários e encargos sociais	14	6.174	4.080
Estoques	6	70.964	47.574	Impostos e tributos a recolher	15	2.903	906
Impostos a recuperar	7	17.746	14.537	Partes relacionadas	8	93.033	84.366
Despesas antecipadas		2.576	2.158	Passivo de arrendamento	11	5.035	1.908
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	849	Instrumentos financeiros derivativos	23	411	130
TOTAL CIRCULANTE		148.206	123.736	Adiantamentos de clientes		4.815	2.671
				TOTAL CIRCULANTE		142.172	125.951
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	1.041	Empréstimos e financiamentos	12	16.280	31.129
Depósitos de caução e judicial		1.107	875	Partes relacionadas	8	219.009	162.636
Impostos de renda e contribuição social diferidos	21	10.228	11.876	Provisão para riscos	16	6.711	6.484
				Instrumentos financeiros derivativos	23	219	-
				Passivo de arrendamento	11	5.780	6.803
				TOTAL NÃO CIRCULANTE		247.999	207.052
Imobilizado	9	353.906	304.082	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	10	1.200	1.294	Capital social	17	157.901	157.901
Direito de uso	11	11.171	9.794	Prejuízos acumulados		(20.759)	(36.299)
		-	-	Ajustes de avaliação patrimonial	23	(1.495)	(1.907)
TOTAL NÃO CIRCULANTE		377.612	328.962	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		135.647	119.695
TOTAL ATIVO		525.818	452.698	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		525.818	452.698

As notas explicativas elaboradas pela Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CROWN LIFT TRUCKS DO BRASIL - COMÉRCIO DE EMPILHADEIRAS LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	18	226.267	175.613
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	19	(152.754)	(113.620)
LUCRO BRUTO		73.513	61.993
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	19	(40.405)	(31.284)
Despesas com vendas	19	(381)	(393)
Outras receitas operacionais, líquidas		3.161	1.710
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		35.888	32.026
Receitas financeiras	20	1.575	895
Despesas financeiras	20	(13.255)	(8.994)
Variação cambial, líquida	20	113	(115)
Resultado financeiro, líquido	20	(11.567)	(8.214)
LUCRO ACUMULADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		24.321	23.812
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(1.862)	(3.629)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(6.918)	(4.423)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		15.541	15.760

As notas explicativas elaboradas pela Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CROWN LIFT TRUCKS DO BRASIL - COMÉRCIO DE EMPILHADEIRAS LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.541	15.760
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>15.541</u>	<u>15.760</u>

As notas explicativas elaboradas pela Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CROWN LIFT TRUCKS DO BRASIL - COMÉRCIO DE EMPILHADEIRAS LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuizos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		107.558	(52.059)	-	55.499
Aumento de capital	17	50.343	-	-	50.343
Ajustes de avaliação patrimonial - Hedge account	23	-	-	(1.907)	(1.907)
Lucro líquido do exercício		-	15.760	-	15.760
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>157.901</u>	<u>(36.299)</u>	<u>(1.907)</u>	<u>119.695</u>
Ajustes de avaliação patrimonial - Hedge account	23	-	-	421	421
Lucro líquido do exercício		-	15.541	-	15.541
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	18	<u><u>157.901</u></u>	<u><u>(20.759)</u></u>	<u><u>(1.486)</u></u>	<u><u>135.656</u></u>

As notas explicativas elaboradas pela Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CROWN LIFT TRUCKS DO BRASIL - COMÉRCIO DE EMPILHADEIRAS LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		15.541	15.760
Depreciação e amortização	9, 10 e 11	68.595	53.510
Baixa de ativo imobilizado e intangível		9.962	338
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	5	849	(34)
Provisão atualização depósito em caução		(232)	(202)
Provisão para realização dos estoques	6	26	630
Provisão para riscos	17	227	476
Provisão de juros sobre empréstimos, financiamentos e mútuos	8 e 12	11.298	11.010
Provisão de variação cambial	12	(2)	(2.300)
Provisão para imposto de renda e contribuição social e contribuição social	22	2.781	3.629
Instrumentos Financeiros		2.588	13.009
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(12.392)	(6.232)
Partes relacionadas		(71)	387
Estoques		(23.416)	(11.880)
Despesas antecipadas		(418)	(1.457)
Impostos a recuperar		(3.209)	(2.397)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(145)	9.733
Adiantamentos de clientes		2.144	(558)
Salários e encargos sociais		2.094	1.292
Impostos e tributos a recolher		6.797	4.644
Partes relacionadas		-	33.562
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e mútuos	8, 11 e 12	(4.851)	(9.979)
Variação cambial realizada	21	121	(471)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social e contribuição social		(5.719)	(4.028)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>72.568</u>	<u>108.442</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	9 e 10	(126.763)	(131.120)
Ganho na venda do imobilizado		2.657	13.944
Aumento capital social		-	50.343
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(124.106)</u>	<u>(66.833)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de mútuos	8	65.000	43.134
Captação de empréstimos e financiamentos	12	-	10.000
Pagamento de arrendamento	11	(5.654)	(6.887)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	12	(20.752)	(85.481)
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento		<u>38.594</u>	<u>(39.234)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(12.944)</u>	<u>2.375</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18.317	15.942
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.373	18.317
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(12.944)</u>	<u>2.375</u>

As notas explicativas elaboradas pela Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CROWN LIFT TRUCKS DO BRASIL - COMÉRCIO DE EMPILHADEIRAS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Crown Lift Trucks do Brasil - Comércio de Empilhadeiras Ltda. (“Sociedade”), domiciliada no município de Jundiaí, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera KM 62. Constituída em 31 de março de 2011, a sua controladora e é a Crown Equipment Corporation e Crown Lift Trucks LLC. O Grupo fornece por mais de 70 anos uma variedade de soluções destinadas a atender às necessidades específicas de manuseio de materiais. Projeta, fabrica, vende e presta serviços com uma linha abrangente de empilhadeiras, implementos e peças de pós-vendas.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos procuradores e administradores da Sociedade em 8 de agosto de 2023.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Sociedade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

a) Vida útil do ativo imobilizado e do ativo intangível

A Sociedade reconheceu a depreciação de seu ativo imobilizado pelas taxas fiscais constantes no regulamento do imposto de renda até 31 de dezembro de 2020. A partir de partir de 1º de janeiro de 2021, a Sociedade passou a reconhecer a depreciação de seu ativo imobilizado com base na vida útil do bem, de forma prospectiva, sendo essa estabelecida através de laudo técnico. As vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também podem afetar os testes de recuperação de seu custo.

b) Realização do crédito tributário

A Sociedade com base no cenário atual, avaliou as projeções de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS, PIS, COFINS e IPI registrados em 31 de dezembro de 2022 e não identificou necessidade de alteração no que tange à realização dos valores, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Sociedade revisa o saldo de seus ativos, incluindo o ativo imobilizado e ativo intangível, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação. Na existência de tais indicativos, a Administração efetua análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente ou valor de realização, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

d) Provisão para realização e obsolescência dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas. A provisão para obsolescência é constituída com base na análise individual da idade dos itens em estoque e a probabilidade de seu uso futuro.

e) Provisão perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Sociedade para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas.

f) Provisão para riscos

A Sociedade é parte em processos de diversas naturezas como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

g) Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

O CPC 06 (R2) - Arrendamentos determina, essencialmente, que os arrendatários passem a reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso de um bem arrendado ou com características de arrendamento. Sendo assim, contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo da norma contratos com características variáveis, de curto prazo ou de baixo valor. A Sociedade utilizou as seguintes premissas para cálculo: (i) Taxas nominais de desconto, prontamente observáveis, ajustadas ao risco de crédito das últimas captações obtidas pela Sociedade; (ii) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de aplicação da norma; (iii) O cálculo da renovatória só é feito no período efetivo da renovação do contrato.

h) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como ganhos ou perdas no resultado ou no patrimônio líquido.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Impacto da adoção inicial das outras normas CPCs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios subsequentes

Normas	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 15 (R1) - Referências à estrutura conceitual	Exige que alterações dentro do escopo do CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes, o comprador adota o CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 21 - Tributos, o comprador adota o ICPC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras
CPC 27 - Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Consequentemente, a Sociedade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Normas	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 25 - Contratos onerosos - Custo cumprimento do contrato	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados aos contratos compreendem os custos incrementais desse contrato e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
CPC 48 - Instrumentos financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a Sociedade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a Sociedade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela Sociedade ou credor em nome da outra parte.	A Sociedade! não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.	A Sociedade não identificou impacto em suas demonstrações financeiras.

As alterações dos pronunciamentos contábeis CPC 29 e CPC 37 não são aplicáveis à Sociedade.

3.2. Adoção das CPCs novas e revisadas ainda não aplicáveis

A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Sociedade! e entrarão em vigor em ou após 31 de dezembro de 2022.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 50 - Contratos de seguro	Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2023	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 26 (R1) – Classificação de passivos como circulante ou não circulante e Apresentação das demonstrações financeiras	<p>As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma Sociedade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p>As alterações também modificam as exigências com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”.</p> <p>As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma Sociedade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2023</p>	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
CPC 23 – Definição de estimativas contábeis	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2023	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
CPC 32 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Sociedade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2023	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

As alterações dos pronunciamentos contábeis CPC 36 (R3) e CPC 18 (R2) não são aplicáveis à Sociedade.

3.3. Principais Políticas Contábeis Aplicadas

3.3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3.2. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são aplicadas em instituições financeiras, consideradas pela administração como de primeira linha, classificadas com baixo risco de crédito e reconhecida solidez no mercado.

3.3.3. Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber considerando-se o critério de perda esperada e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

3.3.4. Estoques

Os estoques de peças são mensurados pelo custo médio ponderado e o estoque das máquinas é mensurado pelo custeio individualizado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na obsolescência ou realização dos estoques.

3.3.5. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e eventual perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

Até 31 de dezembro de 2020 depreciação era reconhecida com base nas taxas fiscais determinadas pelo regulamento do imposto de renda para cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo após sua depreciação seja baixado parcialmente, ficando um valor de 10% a título de valor residual para custo no caso de venda do item. A partir de 2021, foi adotado pela Sociedade a depreciação com base na vida útil remanescente estimada calculada por meio de laudo técnico elaborado por terceiros e validados pela administração para máquinas e equipamentos adquiridos a partir de 01/01/2021.

3.3.6. Redução ao valor recuperável - “impairment”

No fim de cada exercício, a Administração da Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.7. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Sociedade for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação dos ativos e passivos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros da Sociedade mensurados pelo custo amortizado em 2022 e em 2021 são caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber e partes relacionadas.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros da Sociedade mensurados pelo custo amortizado em 2022 e em 2021 são empréstimos e financiamentos, arrendamentos, partes relacionadas e fornecedores.

Baixa de ativos e passivos financeiros

A Sociedade baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Sociedade transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra Sociedade. Se a Sociedade não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Sociedade reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Sociedade pode ter que pagar. Se a Sociedade retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Sociedade continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

A Sociedade baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

A Sociedade contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo.

Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

A Sociedade utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como ganhos ou perdas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um hedge efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o período relacionado. A Sociedade fez a adoção inicial ao CPC 48 - Instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e documentou as operações, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge.

A partir de 1º de janeiro de 2021 as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa e adquiridos em função de empréstimos bancários, têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e somente são transferidos para resultado do período quando o item protegido for efetivamente realizado. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa e adquiridos em função de proteção cambial para máquinas e equipamentos, têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e somente são transferidos para o ativo imobilizado quando o item protegido for efetivamente liquidado com o fornecedor estrangeiro.

3.3.8. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social - correntes

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro.

As bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas com base no regime de lucro real.

b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos.

A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do período, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido, nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre os lucros diferidos ativos e passivos são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma Sociedade tributável.

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Periodicamente, a Sociedade revisa os saldos de composição e projeção de orçamento para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos para determinar se ativos fiscais diferidos são realizáveis na medida em que existirão resultados tributáveis futuros.

3.3.9. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

3.3.10. Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

3.3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço, para os riscos considerados prováveis de perda.

3.3.12. Arrendamentos

Arrendatário

A Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Sociedade seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Para esses arrendamentos, a Sociedade reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial e é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Sociedade remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento do contrato for alterado ou houver um evento que proporcione uma mudança significativa nas circunstâncias e resulte em uma mudança na avaliação do exercício.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido.
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Sempre que o Sociedade assumir uma obrigação com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com o CPC 25.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial. A Sociedade aplica o CPC 01 (R1) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada a Avaliação do valor recuperável - “impairment”.

3.3.13. Patrimônio líquido

O Capital social subscrito da Sociedade está totalmente integralizado. As cotas são classificadas no Patrimônio líquido.

3.3.14. Receita de contratos com clientes

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade, quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido, e quando há a transferência do controle ao comprador.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A Sociedade não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

A Sociedade oferece em seu portfólio uma linha completa de empilhadeiras, transpaletadeiras, selecionadoras de pedidos e rebocadores, bem como seus respectivos equipamentos e acessórios tais como baterias, carregadores e sistema de telemetria em todo o território nacional, sejam para operações internas ou externas, em armazéns e centros de distribuição.

As empilhadeiras oferecem uma abordagem de design em empilhadeiras voltada para a produtividade do operador, segurança e vida útil do produto, oferecendo benefícios a longo prazo que tornam a Sociedade um excelente investimento.

A operação da se divide nas seguintes unidades de negócios:

- **Locação:** As receitas com locação são as preponderantes no faturamento anual da Sociedade e com investimentos com capital intensivo para alavancar resultados mediante aumento da frota de empilhadeiras e presença de mercado. As receitas dos contratos de locação são apropriadas observando-se o critério “pro rata” mensalmente no resultado após fechamento mensal da locação juntamente com a emissão da fatura de locação.
- **Vendas:** A unidade de vendas possui uma parcela relevante do faturamento da Sociedade, trazida pela venda de empilhadeiras novas e usadas, bem como suas partes e peças em todo o território nacional, seja em unidades próprias ou em representantes comerciais da Sociedade. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega de mercadoria ao cliente.
- **Serviços:** A unidade de serviços é responsável pelo atendimento aos clientes com a manutenção das empilhadeiras locadas (frota própria), bem como nas empilhadeiras de propriedade do cliente. A receita é reconhecida no resultado após finalização da prestação de serviço ao cliente.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então, o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

3.3.15. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos	293	218
Aplicações financeiras	<u>5.080</u>	<u>18.099</u>
	<u>5.373</u>	<u>18.317</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, possuem taxas de remuneração que variam entre 84,87% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor, sendo os rendimentos registrados proporcionalmente até as datas de encerramento dos balanços.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Clientes	51.437	39.413
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	<u>(895)</u>	<u>(46)</u>
	<u>50.542</u>	<u>39.367</u>

Os vencimentos das contas a receber de clientes em 31 de dezembro estão assim representados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2020</u>
Duplicatas a vencer:	48.569	38.482
De 1 a 30 dias	2.075	846
De 31 a 60 dias	517	38
De 61 a 90 dias	243	34
Acima de 90 dias	<u>33</u>	<u>13</u>
	<u>51.437</u>	<u>39.413</u>

Sendo segregados nas seguintes naturezas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Venda	8.544	6.960
Locação	38.605	29.152
Serviço	<u>4.288</u>	<u>3.301</u>
	<u>51.437</u>	<u>39.413</u>

A movimentação da provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	(46)	(80)
Adições de provisão esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(852)	(480)
Estorno de provisão esperadas para créditos de liquidação duvidosa	3	499
Estorno por recebimento	-	15
Saldo final	<u>(895)</u>	<u>(46)</u>

Não foram oferecidas contas a receber dadas em garantias de qualquer natureza.

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Máquinas	25.085	18.783
Peças	24.895	14.712
Máquinas em trânsito	19.373	7.013
Peças em trânsito	-	71
Provisão para obsolescência - Peças	(815)	(477)
Provisão obsolescência - Máquinas	(188)	(500)
Adiantamentos	2.614	7.972
Saldo final	<u>70.964</u>	<u>47.574</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	(977)	(347)
Estorno de provisão de obsolescência estoque	357	154
Adições de provisão de obsolescência estoque	(383)	(784)
Saldo final	<u>(1.003)</u>	<u>(977)</u>

Para mensuração da provisão para estoques obsoletos é analisada a movimentação de todos os itens de estoque de peças sem movimentação por meio de operações de vendas, consumos ou comprometidos em ordens de serviço nos últimos 36 meses.

A Sociedade adota política de ressurgimento de estoque de peças, de forma a manter os indicadores de disponibilidade de peças, em linha com a necessidade de manutenção das máquinas da frota, garantindo, dessa forma, o pleno funcionamento.

Não foram oferecidos bens do estoque em garantias de qualquer natureza.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS a compensar	14.987	11.629
IPI a compensar	541	397
Pis a compensar	334	314
COFINS a compensar	1.539	1.372
CSLL Estimativa	-	46
IRPJ Estimativa	-	126
IPI pago a maior	-	4
ISS a recuperar	45	23
IR retido NF emitidas	9	21
INSS retido NF emitidas	142	78
CSLL retido NF emitidas	62	168
IRRF s/ aplicações financeiras	87	359
	<u>17.746</u>	<u>14.537</u>

8. PARTES RELACIONADAS

As tabelas a seguir demonstram os saldos e as transações da Sociedade com suas partes relacionadas.

<u>Parte relacionada</u>	<u>Descrição</u>	<u>Indexador</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Crown Equipment Corporation	Contas a receber (a)	-	1.005	934
Total Contas a receber			<u>1.005</u>	<u>934</u>
Crown Equipment Corporation	Contas a pagar (b)	-	-	(1.268)
Crown Equipment Corporation	Contas a pagar (c)	-	(91.150)	(81.686)
Total Contas a pagar			<u>(91.150)</u>	<u>(82.954)</u>
Crown Equipment Corporation	Mútuo jul/2014 (d)	Taxa Fixa 4% a.a.	(4.400)	(4.400)
Crown Equipment Corporation	Mútuo jun/2016 (e)	Taxa Fixa 3% a.a.	(35.102)	(35.102)
Crown Equipment Corporation	Mútuo jan/2020 (f)	Taxa Fixa 2% a.a.	(81.883)	(81.412)
Crown Equipment Corporation	Mútuo dez/2021 (g)	Taxa Fixa 3% a.a.	(34.507)	-
Crown Equipment Corporation	Mútuo Jul/2022 (h)	Taxa Fixa 3% a.a.	(20.000)	-
Crown Equipment Corporation	Mútuo Out/2022 (i)	Taxa Fixa 3% a.a.	(20.000)	-
Crown Equipment Corporation	Mútuo Dez/2022 (j)	Taxa Fixa 5% a.a.	(25.000)	(43.134)
Total Mútuos			<u>(220.892)</u>	<u>(164.048)</u>
			<u>(311.037)</u>	<u>(246.068)</u>
Ativo			<u>2022</u>	<u>2021</u>
Curto Prazo			1.005	934
Total Ativo			<u>1.005</u>	<u>934</u>

Ativo	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo		
Curto Prazo	(93.033)	(84.366)
Longo Prazo	<u>(219.009)</u>	<u>(162.636)</u>
Total Passivo	<u>(312.042)</u>	<u>(247.002)</u>
	<u>(311.037)</u>	<u>(246.068)</u>

- (a) Refere-se a operações de venda de mercadorias (retorno de peças) em dólares.
- (b) Refere-se a operações de compra de mercadorias para estoque em dólares.
- (c) Refere-se a operações de compra de mercadorias para estoque em reais.
- (d) Os saldos referem-se a mútuos financeiros realizados com a CROWN EQUIPMENT CORPORATION, em reais e com a incidência de juros de 4% a.a., formalizados por meio de contratos entre as partes e com vencimento previsto em julho de 2026.
- (e) Os saldos referem-se a mútuos financeiros realizados com a CROWN EQUIPMENT CORPORATION, em reais e com a incidência de juros de 3% a.a., formalizados por meio de contratos entre as partes e com vencimento previsto em junho de 2026.
- (f) Os saldos referem-se a mútuos financeiros realizados com a CROWN EQUIPMENT CORPORATION, em reais e com a incidência de juros de 2% a.a., formalizados por meio de contratos entre as partes e com vencimento previsto em dezembro de 2024.
- (g) Os saldos referem-se a mútuos financeiros realizados com a CROWN EQUIPMENT CORPORATION, em reais e com a incidência de juros de 3% a.a., formalizados em dezembro de 2021 por meio de contratos entre as partes e com vencimento previsto em dezembro de 2025.
- (h) Os saldos referem-se a mútuos financeiros realizados com a CROWN EQUIPMENT CORPORATION, em reais e com a incidência de juros de 3% a.a., formalizados em julho de 2022 por meio de contratos entre as partes e com vencimento previsto em julho de 2026.
- (i) Os saldos referem-se a mútuos financeiros realizados com a CROWN EQUIPMENT CORPORATION, em reais e com a incidência de juros de 3% a.a., formalizados em outubro de 2022 por meio de contratos entre as partes e com vencimento previsto em outubro de 2026.
- (j) Os saldos referem-se a mútuos financeiros realizados com a CROWN EQUIPMENT CORPORATION, em reais e com a incidência de juros de 5% a.a., formalizados em dezembro de 2022 por meio de contratos entre as partes e com vencimento previsto em dezembro de 2026.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldos em 1º de janeiro	164.048	120.444
Juros provisionados	5.321	3.349
Pagamento de principal	(8.626)	-
Pagamento de juros	(4.851)	(2.879)
Novos mútuos	<u>65.000</u>	<u>43.134</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>220.892</u>	<u>164.048</u>

Os valores das transações realizadas com a CROWN EQUIPMENT CORPORATION estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Venda de mercadorias/crédito de garantia	71	1.002
Compras de mercadorias	73.054	75.596
Pagamento de principal (mútuo)	(8.626)	-
Juros provisionados (empréstimos)	5.321	3.349
Juros pagos (empréstimos)	(4.851)	(2.879)
Aquisição de mútuos (conversão de faturas)	65.000	43.134
Conversão de faturas em mútuo	(65.000)	(43.134)
Movimentação do ano	<u>64.969</u>	<u>77.068</u>

Todas as movimentações são com a parte relacionada CROWN EQUIPMENT CORPORATION.

9. IMOBILIZADO

	<u>Saldo em</u> <u>01/01/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>
<u>Custo</u>									
Instalações	492	2.046	-	-	2.538	221	-	(129)	2.630
Máquinas e equipamentos	328.798	124.395	1.926	(24.972)	430.147	121.015	4.975	(21.300)	534.837
Hardware	1.186	603	-	(59)	1.730	780	-	(159)	2.351
Móveis e utensílios	1.655	457	-	(6)	2.106	196	-	-	2.302
Ferramentas	401	70	-	(34)	437	-	-	-	437
Benfeitorias em propriedades de terceiros	2.451	48	-	(90)	2.409	512	-	-	2.921
Imobilizações em andamento	166	3.317	(1.926)	-	1.554	3.884	(4.795)	-	463
	<u>335.149</u>	<u>130.936</u>	<u>-</u>	<u>(25.164)</u>	<u>440.921</u>	<u>126.608</u>	<u>-</u>	<u>(21.588)</u>	<u>545.941</u>
	<u>Saldo em</u> <u>01/01/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Instalações	(372)	(55)	-	-	(427)	(246)	-	-	(673)
Máquinas e equipamentos	(95.563)	(47.685)	-	10.779	(132.469)	(63.080)	-	8.823	(186.726)
Hardware	(675)	(214)	-	20	(869)	(298)	-	145	(1.022)
Móveis e utensílios	(861)	(167)	-	8	(1.020)	(203)	-	-	(1.223)
Ferramentas	(235)	(82)	-	15	(302)	(51)	-	-	(353)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(1.618)	(193)	-	60	(1.751)	(287)	-	-	(2.038)
	<u>(99.325)</u>	<u>(48.396)</u>	<u>-</u>	<u>10.882</u>	<u>(136.839)</u>	<u>(64.165)</u>	<u>-</u>	<u>8.969</u>	<u>(192.035)</u>
	<u>235.824</u>	<u>82.540</u>	<u>-</u>	<u>(14.282)</u>	<u>304.082</u>	<u>62.443</u>	<u>-</u>	<u>(12.619)</u>	<u>353.906</u>

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade avaliou e concluiu que não há indicativos que levasse à necessidade de efetuar teste de impairment desses ativos.

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização:

	<u>Tempo de depreciação em anos</u>
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 10 anos
Hardware	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Ferramentas	5 a 10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10 anos

Em 2021, foi adotado pela Sociedade a política depreciação com base na vida útil calculada através de laudo técnico elaborado por terceiros especificamente para a conta de Máquinas e Equipamentos adquiridos a partir de 01/01/2021, devido a sua relevância para a operação da Sociedade. Esse laudo foi suportado através de estudos da frota com base no histórico de utilização e capacidade produtiva das máquinas e equipamentos, onde o resultado da avaliação determinou que é devido uma redução na vida útil de Máquinas que passaram de 10 anos para 6 anos e de baterias de 5 anos para 3 anos. A administração optou por não alterar a vida útil dos ativos adquiridos anteriormente a data mencionada acima.

Valores oferecidos em garantia - Foram oferecidos bens do ativo imobilizado, do grupo máquinas e equipamentos, em garantia de empréstimos e financiamentos conforme tabela abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco Santander	-	10.000
	-	10.000

10. INTANGÍVEL

Refere-se substancialmente ao sistema operacional ERP SAP Business One:

<u>Intangível</u>	<u>Saldo em 01/01/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Sistemas e aplicativos	1.977	184	2.161	155	2.316
Amortização acumulada	(529)	(338)	(867)	(249)	(1.116)
	<u>1.448</u>	<u>(154)</u>	<u>1.294</u>	<u>(94)</u>	<u>1.200</u>

11. DIREITO DE USO

A Sociedade efetivou o registro contábil de direito de uso no ativo não circulante e passivo de arrendamento, conforme requer a norma CPC 06 (R2), os quais referem-se aos contratos de aluguel de galpões, locação de vans e veículos; esses contratos referem-se à itens específicos, identificáveis e os quais a Sociedade exerce controle. A seguir estão apresentados os valores totais dos contratos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Locação veículos frota	7.240	4.605
Locação galpão filial Jundiai	2.195	3.072
Locação galpão filial Pouso Alegre	1.149	1.539
Locação galpão filial Curitiba	395	564
Locação de galpão para armazenagem	192	14
Saldo final	<u>11.171</u>	<u>9.794</u>

O valor foi calculado considerando um prazo total de vigência do contrato, sem considerar eventuais renovações por não haver evidências de renovação no momento do reconhecimento inicial. A Administração considerou como taxa incremental 17,41% (10,60% em 2021) para desconto da dívida ao Valor Presente (AVP). A Sociedade registrou em 2022 o valor de R\$ 4.181 (2021 – R\$ 4.776), como despesa de amortização no resultado.

<u>Direito de uso de ativos</u>	<u>01/01/2021</u>	Novos Contratos	Amortização	<u>31/12/2021</u>
Veículos	5.856	2.214	(3.465)	4.605
Imóveis	4.961	1.539	(1.311)	5.189
Total no direto de uso de ativo	<u>10.817</u>	<u>3.753</u>	<u>(4.776)</u>	<u>9.794</u>

<u>Direito de uso de ativos</u>	<u>01/01/2022</u>	Novos Contratos	Remensuração	Amortização	<u>31/12/2022</u>
Veículos	4.605	5.747	(745)	(2.367)	7.240
Imóveis	5.189	370	186	(1.814)	3.931
Total no direto de uso de ativo	<u>9.794</u>	<u>6.117</u>	<u>(559)</u>	<u>(4.181)</u>	<u>11.171</u>

Composição e movimentação sumária dos passivos de arrendamentos

<u>Passivo de arrendamento</u>	<u>01/01/2021</u>	Juros	Pagamento	Novos contratos	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante	5.286	1.028	(6.887)	2.481	1.908
Passivo não circulante	5.531	-	-	1.272	6.803
	<u>10.817</u>	<u>1.028</u>	<u>(6.887)</u>	<u>3.753</u>	<u>8.711</u>

<u>Passivo de arrendamento</u>	<u>01/01/2022</u>	Juros	Pagamento	Remensuração	Novos contratos	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante	3.180	2.200	(5.654)	1.866	3.443	5.035
Passivo não circulante	5.531	-	-	(2.425)	2.674	5.780
	<u>8.711</u>	<u>2.200</u>	<u>(5.654)</u>	<u>(559)</u>	<u>6.117</u>	<u>10.815</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve adição de um novo contrato referente a locação de imóvel (Galpão) com o fornecedor CLA Empreendimentos Imobiliários pelo prazo de 60 meses para a nova filial de Pouso Alegre e de outros contratos de locação de veículos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve baixa de contratos vigentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve a renovação do contrato de armazenagem com o fornecedor Freeelog pelo prazo de 24 meses, e também houve outros contratos de locação de veículos relacionados a frota da empresa. A Sociedade só considerou contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses para fins de registro contábil sob a ótica do CPC 06 (R2) – Arrendamento, uma vez que, contratos de curto prazo não são abrangidos pela referida norma.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento	Moeda	Taxa % (indexador + juros)	31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro	jun-21	Real	14,4%	-	1.677 (a)
Capital de giro	jan-22	Real	12,9%	-	771
Capital de giro	abr-24	Euro	10,3%	2.271	4.312
Finimp	abr-24	Euro	10,5%	4.483	8.421
Capital de giro	ago-24	Real	10,0%	7.533	11.783
Capital de giro	mai-25	Real	10,0%	8.349	10.651
Capital de giro	mai-26	Real	11,5%	7.051	9.048
				<u>29.687</u>	<u>46.663</u>
Circulante				13.407	15.534
Não circulante				<u>16.280</u>	<u>31.129</u>
				<u>29.687</u>	<u>46.663</u>

A seguir, a movimentação dos empréstimos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro	46.663	124.911
Amortização	(20.751)	(85.481)
Juros pagos	(4.851)	(9.979)
Juros apropriados	8.628	9.512
Varição cambial realizada	(2)	(2.300)
Novos empréstimos	-	10.000
Saldos em 31 de dezembro	<u>29.687</u>	<u>46.663</u>

A seguir está apresentada a composição por vencimento:

Ano de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	15.534
2023	13.407	14.646
2024	11.360	11.563
2025	3.920	3.920
2026	1.000	1.000
	<u>29.687</u>	<u>46.663</u>

(a) Cláusulas restritivas financeiras estabelecidas pelos contratos com instituições financeiras:

De acordo com os contratos de empréstimos e financiamentos bancários que a Sociedade possui na data base de 31 de dezembro de 2022, se faz necessário o controle de algumas cláusulas restritivas financeiras. Para isso, a Sociedade mantém controle recorrente de modo a permanecer dentro do limite estabelecido em contrato, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	5.373	18.317
Empréstimos	29.687	46.663
Passivo de arrendamento	10.815	8.711
Instrumentos financeiros derivativos	630	-
Dívida líquida	<u>35.759</u>	<u>37.057</u>
Lucro antes dos impostos	35.888	32.026
Depreciação	68.595	53.510
Ebitda	<u>104.483</u>	<u>85.536</u>
Índice de dívida líquida	0,34	0,43
Índice de dívida líquida por Contrato	2,00	2,70

Para todos os empréstimos bancários a Sociedade possui carta garantia emitida pela Matriz.

13. FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores nacionais	11.026	16.057
Fornecedores internacionais	5.368	299
	<u>16.394</u>	<u>16.356</u>

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários a pagar	4.444	2.857
INSS a recolher	750	535
IR a recolher	751	500
FGTS a recolher	217	178
Contribuição sindical a recolher	12	10
	<u>6.174</u>	<u>4.080</u>

15. IMPOSTOS E TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS a recolher	1.054	267
Contribuição social a recolher	289	219
Imposto de renda a recolher	649	107
IPI a recolher	286	129
PIS a recolher	88	1
COFINS a recolher	411	4
ISS a recolher	116	132
INSS a recolher terceiros	6	43
IRRF a recolher terceiros	4	4
	<u>2.903</u>	<u>906</u>

16. PROVISÃO PARA RISCOS

A Sociedade discute judicialmente processos tributários e trabalhistas, cujas perdas foram estimadas com base em opinião da administração e de seus consultores jurídicos. Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis, a Administração registrou provisão segregada conforme a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos/ Reversões</u>	<u>31/12/2021</u>
Tributários	5.915	476	-	6.391
Trabalhistas	93	-	-	93
	<u>6.008</u>	<u>476</u>	<u>-</u>	<u>6.484</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos/ Reversões</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributários	6.391	562	(298)	6.655
Trabalhistas	93	-	(37)	56
	<u>6.484</u>	<u>562</u>	<u>(335)</u>	<u>6.711</u>

A Administração da Sociedade, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

A Sociedade é parte em outros processos, para os quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis e, portanto, não foram objeto de reconhecimento de provisão nas demonstrações financeiras. As reclamações relacionadas às perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022, estavam representadas por processos trabalhistas no montante de R\$ 2.134 (R\$ 638 de causas trabalhistas em 31 de dezembro de 2021). Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir:

Processos trabalhistas – A Sociedade é parte em alguns processos trabalhistas, em que a maioria deles individualmente não são matérias. Dentre esses processos um deles é relevante, sendo a principal alegação o pagamento de comissões. Adicionalmente, as ações também apresentam pleitos indenizatórios de aproximadamente R\$1.221. A Sociedade está se defendendo dessas ações e entende que o risco de perda é possível

De acordo com a legislação fiscal vigente, as declarações de imposto de renda da Sociedade dos últimos cinco exercícios e os impostos e as contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis. Contudo, a Administração é de opinião que, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não é conhecida situação que determinasse a existência de riscos tributários que devessem ser refletidos nas demonstrações financeiras, além daqueles já registrados.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Sociedade é constituída no Brasil, constituída sob a forma de Sociedade por cotas de participação. É uma controlada da CROWN EQUIPMENT CORPORATION, sendo detentora de 99,99% do seu capital social e CROWN LIFT TRUCKS LLC, sendo detentora de 0,01% do seu capital social. A CROWN EQUIPMENT CORPORATION é uma holding não financeira que possui o controle de diversas Sociedades Limitadas atuantes no setor empilhadeiras.

a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 157.901, representados por 157.901.303 cotas no valor de R\$1,00 cada; houve aumento de capital em 07 de julho de 2021 no valor de R\$ 50.343, representado por 50.343.000 novas cotas; passando o valor de capital social subscrito de R\$ 107.558, representado por 107.558.303 cotas, para R\$ 157.901, representados por 157.901.303 cotas no valor de R\$1,00 cada. O capital social é composto em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 por:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Nº de Quotas	Valor Nominal	Nº de Quotas	Valor Nominal
Quadro societário				
CROWN Equipment Corporation	157.901.302	157.901	157.901.302	157.901
CROWN Lift Trucks LLC	1	-	1	-
TOTAL	<u>157.901.303</u>	<u>157.901</u>	<u>157.901.303</u>	<u>157.901</u>

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2022	31/12/2021
Vendas	47.288	41.771
Locação	196.481	150.570
Serviços	14.154	10.331
(-) Devolução de vendas	(2.118)	(2.481)
(-) Impostos incidentes	<u>(29.538)</u>	<u>(24.578)</u>
	<u>226.267</u>	<u>175.613</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custos dos produtos vendidos	29.828	25.199
Custos das locações	55.921	41.900
Custo dos serviços prestados	8.791	6.452
Depreciação e amortização	68.595	53.510
Salários e benefícios	13.635	8.089
Outros custos e despesas	12.897	7.953
Aluguel de imóveis	816	579
Propaganda e publicidade	566	282
Serviços de terceiros	2.491	1.332
	<u>193.540</u>	<u>145.297</u>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	152.754	113.620
Despesas gerais e administrativas	40.405	31.284
Despesas com vendas	381	393
	<u>193.540</u>	<u>145.297</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicação financeira	1.451	817
Juros ativos	115	78
Descontos obtidos	9	-
	<u>1.575</u>	<u>895</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(10)	(78)
Juros passivos	(12.677)	(8.977)
Descontos concedidos	(172)	(86)
Outras despesas	(396)	147
	<u>(13.255)</u>	<u>(8.994)</u>
Variação Cambial		
Variação cambial passiva - Realizada	(200)	(667)
Variação cambial passiva - Não Realizada	8	327
Variação cambial ativa – Realizada	321	196
Variação cambial ativa - Não Realizada	(16)	29
	<u>113</u>	<u>(115)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(11.567)</u>	<u>(8.214)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estavam assim compostos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Diferenças temporárias ativas:		
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	895	46
Provisão de obsolescência de estoque	815	477
Provisão de bônus	265	301
Provisão dissídio/hora extra/comissão	365	142
Provisão de encargos trabalhistas dissídio/hora extra/comissão	116	44
Provisão para riscos	56	93
Provisão ICMS	3.776	3.609
Provisão perda de inventário	187	500
Arrendamento mercantil (leasing)	(356)	(1.082)
Variação cambial não realizada - perda acumulada	-	(11)
Instrumentos Financeiros - Hedge	1.078	3.666
Prejuízo fiscal/base negativa da CSLL	21.626	29.034
Instrumentos financeiros derivativos	630	-
Total base de diferenças temporárias	<u>29.453</u>	<u>36.819</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido (ativo)	10.014	12.518
Diferenças temporárias passivas:		
Instrumentos financeiros derivativos	-	(1.889)
Total dos tributos diferidos passivos	-	(1.889)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (passivo)	-	(642)
Base de cálculo	<u>29.453</u>	<u>34.929</u>
Tributos diferidos - efeito líquido - imposto de renda e contribuição social diferido - reconhecido	<u>10.014</u>	<u>11.876</u>

Os saldos de tributos diferidos ativos e passivos foram calculados nos valores de R\$10.228 e R\$214 (R\$ 11.952 e R\$76 em 2021), respectivamente, tendo sido registrados na contabilidade pelo seu valor líquido de R\$10.014 (R\$11.876 em 2021). Os tributos diferidos ativos foram registrados em 2022 em seu valor total, pois a Sociedade tem iniciado a o atingimento de lucros tributáveis e projeção de lucros futuros tributáveis nos próximos 5 anos, demonstrando perspectiva de consumo do valor total do saldo de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias.

b) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal.

A conciliação entre as despesas de imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.321	23.812
Taxa nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social calculados a taxa nominal (34%)	<u>(8.269)</u>	<u>(8.096)</u>
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes, valores indedutíveis		
Thin capitalization	-	(479)
Preços de transferências	(1.195)	(95)
Confraternização		(44)
Despesas não dedutíveis	(3)	(2)
Brindes	(21)	(21)
Ajustes reconciliação contábil - não dedutíveis	-	(92)
PAT	209	80
10% Adicional do Imposto de Renda (R\$ 20 mil / Mês)	24	24
Outros ajustes	475	697
Diferenças temporárias sem registro do diferido (Provisões, variação cambial e Prejuízo fiscal)	<u>-</u>	<u>(24)</u>
	<u>(8.780)</u>	<u>(8.052)</u>
TOTAL IRPJ e CSLL Corrente - Local (Resultado)	(6.198)	(4.423)
TOTAL IRPJ e CSLL Diferido - Local (Resultado)	<u>(1.862)</u>	<u>(3.629)</u>
Total Despesa IR e CS	<u>(8.780)</u>	<u>(8.052)</u>

22. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

No curso normal de seus negócios, a Sociedade está exposta aos principais seguintes riscos:

- (i) Risco de crédito.
- (ii) Riscos de mercado.
- (iii) Risco de liquidez.
- (iv) Gestão de capital.

Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito estão subordinadas às premissas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar problemas decorrentes de inadimplência dos clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). O saldo da carteira de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa nº 5.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante registrado como perda esperada de crédito de liquidação duvidosa acima de 120 dias era de R\$ 895 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2021), para cobrir os riscos de crédito. Devido a característica da sua carteira de clientes e segmento da Sociedade, não houve perdas importantes derivadas das constas a receber.

A Sociedade mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras com avaliação de longo prazo em escala nacional consideradas, pela administração, com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a risco de crédito estão apresentados nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”.

Risco de mercado

A Sociedade está exposta a riscos e oscilações de taxas juros e de câmbio em determinadas transações como: fornecedores, instrumentos financeiros derivativos, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade realizou análise de sensibilidade desses principais riscos aos quais estão expostos.

Risco de variação da taxa de câmbio

A Sociedade está sujeita ao risco cambial nas operações abaixo denominadas em moeda diferente de moeda funcional da Sociedade, o Real (R\$). A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do Dólar (R\$ 5,21) e Euro (R\$ 6,38), indexadores dos passivos e ativos em moeda estrangeira operados pela Sociedade. Segue composição em 31 de dezembro de 2022.

	US\$	R\$	Valorização da moeda		Desvalorização da moeda	
			25%	50%	25%	50%
Contas a receber - partes relacionadas	45	234	293	351	176	117
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Fornecedores estrangeiros	(1.028)	(5.356)	(6.695)	(8.034)	(4.017)	(2.678)
Instrumentos financeiros	(121)	(630)	(788)	(945)	(473)	(315)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Exposição líquida total	<u>(1.104)</u>	<u>(5.752)</u>	<u>(7.190)</u>	<u>(8.628)</u>	<u>(4.134)</u>	<u>(2.876)</u>
	€\$	R\$	25%	50%	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	<u>(1.269)</u>	<u>(8.094)</u>	<u>(10.118)</u>	<u>(12.141)</u>	<u>(6.071)</u>	<u>(4.047)</u>
Exposição líquida total	<u>(1.269)</u>	<u>(8.094)</u>	<u>(10.118)</u>	<u>(12.141)</u>	<u>(6.071)</u>	<u>(4.047)</u>

Risco de variação da taxa de juros

A Sociedade mantém grande parte de suas aplicações financeiras atreladas ao CDI, conforme mencionado nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”. A Administração entende que tal prática mitiga substancialmente eventuais riscos derivados de oscilações na taxa de juros de mercado. A análise de sensibilidade dos impactos foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, calculados com base em taxas referenciais futuras do CDI divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão:

Segue a posição em 31 de dezembro de 2022:

	Risco	Saldo contábil	Cenário Provável	Valorização do CDI		Desvalorização do CDI	
				25%	50%	-25%	50%
Aplicações financeiras	Baixa CDI	5.080	5.080	5.930	6.099	4.910	4.740
Passivo de arrendamento		(10.815)	(10.815)	(13.169)	(13.639)	(10.344)	(9.873)
Empréstimos/							
Financiamentos		(29.687)	(29.687)	(33.657)	(34.452)	(28.893)	(14.844)
		<u>(35.422)</u>	<u>(35.422)</u>	<u>(40.866)</u>	<u>(41.992)</u>	<u>(34.327)</u>	<u>(19.977)</u>

Risco de liquidez

Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade monitora o nível de liquidez, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a gestão de liquidez da Sociedade envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Composição do vencimento dos passivos financeiros

	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos
Fornecedores	(16.394)	(16.394)	(16.394)	-	-
Empréstimos e Financiamentos	(29.687)	(29.687)	(13.204)	(15.483)	(1.000)
Contas a pagar – Partes relacionadas	(219.009)	(219.009)	-	(118.907)	(100.102)
	<u>(265.090)</u>	<u>(265.090)</u>	<u>(29.598)</u>	<u>(134.390)</u>	<u>(101.102)</u>

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros, líquidos de instrumentos financeiros derivativos, contratados pela Sociedade em 31 de dezembro de 2022:

A tabela a seguir demonstra o risco de liquidez dos instrumentos financeiros derivativos passivos contratados pela sociedade em 31 de dezembro de 2022:

	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos
Instrumentos Financeiros Passivos	630	630	411	219	-
	<u>630</u>	<u>630</u>	<u>411</u>	<u>219</u>	<u>-</u>

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros, líquidos de instrumentos financeiros derivativos, contratados pela Sociedade em 31 de dezembro de 2021:

	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos
Fornecedores	(16.356)	(16.356)	(16.356)		
Empréstimos e Financiamentos	(46.663)	(46.663)	(15.534)	(14.646)	16.483
Instrumentos financeiros	(130)	(130)	(130)		
Contas a pagar - Partes relacionadas	(162.636)	(162.636)	(8.627)	101.654	52.356
	<u>(225.785)</u>	<u>(225.785)</u>	<u>(40.647)</u>	<u>116.300</u>	<u>68.839</u>

A tabela a seguir demonstra o risco de liquidez dos instrumentos financeiros derivativos ativos contratados pela sociedade em 31 de dezembro de 2021:

	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos
Instrumentos Financeiros Ativos	1.890	1.890	849	682	359
	<u>1.890</u>	<u>1.890</u>	<u>849</u>	<u>682</u>	<u>359</u>

Gestão do capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em aumento da frota, além de prover retorno aos quotistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua capacidade de liquidar os passivos registrados, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento em 31 de dezembro 2022 e de 2021 são assim sumariados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos e financiamentos	29.687	46.663
(-) Instrumentos Financeiros - Passivo	630	130
(-) Arrendamento Mercantil	10.815	8.711
(-) Instrumentos Financeiros – Ativo	-	(1.890)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.373)	(18.317)
Dívida líquida	<u>35.759</u>	<u>35.297</u>
Patrimônio líquido	<u>136.352</u>	<u>119.130</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>26%</u>	<u>29%</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

*Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção**Contratos a termo de moedas - Non-Deliverable Forward ("NDF")*

Para a proteção de suas operações, a Sociedade optou pela linha de contratos de compra de moeda a termo (*Non-Deliverable Forward*). O contrato a termo de moedas é o compromisso futuro de comprar e vender determinadas moedas em certa data no futuro por um preço pré-estabelecido. Por ser um *Non-Deliverable Forward*, esse contrato não exige a liquidação física das posições contratadas, mas sim a liquidação financeira por diferença entre o preço de liquidação e o preço estabelecido na contratação.

As posições dos contratos a termo de moedas - NDF em aberto em 31 de dezembro de 2022, por vencimento, bem como as taxas médias ponderadas e o valor justo, são demonstrados a seguir as tabelas em Dólar e Euro respectivamente:

Vencimentos	Valor de referência notional (€\$)	Taxa média	Ajuste de hedge (BRL)
jan/23	207	6,2076	(103)
abr/23	206	6,3492	(102)
jul/23	204	6,4963	(102)
out/23	204	6,6472	(104)
jan/24	202	6,7958	(108)
abr/24	201	6,9512	(111)
	1.224		(630)
Ativo – Instrumentos Financeiros Derivativos		31/12/2022	31/12/2021
Curto Prazo		-	849
Longo Prazo		-	1.041
Total		-	1.890
Passivo – Instrumentos Financeiros Derivativos		31/12/2022	31/12/2021
Curto Prazo		411	-
Longo Prazo		219	-
Total		630	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

A Administração da Sociedade entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas Demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e arrendamentos) não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Isso se deve em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços, exceto a rubrica “Empréstimos, financiamentos”, que é atualizada monetariamente com base em juros variáveis previsto em contrato em linha com as condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado. Assim como os “Arrendamentos Mercantis” que são atualizados de acordo com os vencimentos dos contratos a cada período.

As operações de instrumentos financeiros derivativos são valorizadas e registradas segundo o valor justo (CPC 48). Especificamente nesse caso, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Mensuração e hierarquia do custo amortizado e valor justo

A tabela a seguir demonstra em detalhes a mensuração e hierarquia do custo amortizado e do valor justo (Valor Justo por meio de Resultado (VJR)):

Valores referentes a 31/12/2022:

	NE	Valor contábil/valor justo	Hierarquia	
			Custo amortizado	VJR (Nível 1)
Bancos conta movimento	4	293	293	-
Aplicações financeiras	4	5.080	-	5.080
Contas a receber clientes	5	51.437	51.437	-
Partes relacionadas	8	(311.037)	(311.037)	-
Empréstimos e financiamentos	12	(29.687)	(29.687)	-
Fornecedores	13	(16.394)	(16.394)	-
Arrendamentos	11	(10.815)	(10.815)	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	(630)	-	(630)
		<u>(311.753)</u>	<u>(316.203)</u>	<u>4.450</u>

Valores referentes a 31/12/2021:

	NE	Valor contábil /valor justo	Hierarquia	
			Custo amortizado	VJR (Nível 1)
Bancos conta movimento	4	218	218	-
Aplicações financeiras	4	18.099	-	18.099
Contas a receber clientes	5	39.413	39.413	-
Partes relacionadas	8	(246.068)	(246.068)	-
Empréstimos e financiamentos	12	(46.663)	(46.663)	-
Fornecedores	13	(16.356)	(16.356)	-
Arrendamentos	11	(8.711)	(8.711)	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	1.890	-	1.890
		<u>(258.178)</u>	<u>(278.167)</u>	<u>19.989</u>

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

24. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade mantém apólices de seguro contratadas com as seguintes coberturas:

	<u>Risco coberto</u>	<u>Vigência</u>	<u>Valor da cobertura</u>
Riscos nomeados	Lucros cessantes	Até 01/10/2023	74.819
Responsabilidade civil	Danos materiais e pessoais	Até 30/09/2023	5.385
Transporte Nacional	Bens e mercadorias	Até 08/07/2023	1.405

25. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 31 de Janeiro de 2023, a Sociedade fez a contratação de um novo empréstimo junto ao Itaú Unibanco no valor de USD 1.216 taxa de juros fixa 6,2434% com vencimento em 19/07/2023, e em março de 2023 contratamos mais dois empréstimos sendo um USD 1.751 com taxa de juros de 16,52% fixa junto ao Santander com vencimento em março/23 e outro de USD 4.121 com taxa de juros fixa de 6,4954% com vencimento em 19/07/2023 com o Itaú Unibanco.